

Ikweli

Informar para o Desenvolvimento

**Anuncie
Aqui!**

Tribunal de Pemba condena polícias que violentaram jornalista



Adeptos furiosos destroem campo em Nampula

Chuvas causam 20 óbitos em Nampula

Nampula (IKWELI) – Pelo menos 20 pessoas são dadas como mortas e 43 feridas vítimas de descargas atmosféricas que se têm registado na província de Nampula, no norte do país, desde Dezembro do ano passado de 2018.

Em consequências dessas chuvas, mais de duas mil casas de construção precária ficaram parcial e/ou totalmente destruídas, afectando pouco mais de 12 mil pessoas em toda a província mais populosa do país.

Estas informações foram avançadas por Leo Jamal, porta-voz do governo provincial de Nampula, a margem de uma sessão ordinária daquele órgão

realizada na última terça-feira (26).

Segundo esta fonte, o sector de Educação e Desenvolvimento Humano foi um dos mais prejudicados, onde as estatísticas apontam para perto de 300 salas de aulas destruídas, fazendo com que mais de 20 mil alunos frequentem as aulas em situações deploáveis.

Outro sector que ficou afectado em proporções maiores é o da saúde, que tem, pelo menos cinco unidades sanitárias destruídas totalmente.

Jamal disse que os distritos de Lalaua, Malema, Ribáuê, Ilha de Moçambique, Monapo, Muecate e a cidade de Nampula são os locais onde as intempéries

causaram maiores estragos.

De acordo com o porta-voz do governo de Nampula, o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC) e parceiros tem vindo a envidar esforços na reconstrução das infra-estruturas públicas afectadas pelos eventos climáticos, incluindo o apoio das vítimas.

“Das salas de aulas destruídas, já fizemos a reconstrução de mais de 100 e quatro unidades sanitárias, faltando um hospital, no distrito de Moma. Portanto, no caso das salas de aulas ainda sem tecto, disponibilizamos tendas de modo a permitir que as aulas decorram normalmente, enquanto reconstruindo as outras”, disse a fonte. **(S. Lutxeque)**

Membros do governo de Nampula doam um dia de salário às vítimas do Idai

Nampula (IKWELI) – O governo da província de Nampula, finalmente, decidiu entrar na onda de solidariedade a favor das vítimas do ciclone Idai que fustigou as províncias do centro país.

Na última terça-feira, o executivo chefiado por Victor Borges anunciou que os membros do governo vão ter de dispensar um dia de seu salário como contribuição deles para as vítimas da

depressão tropical que destruiu vários bens públicos e privados no centro do país.

Não se sabe o valor, mas o certo é que a medida vai abranger todos os membros do governo provincial, distrital, dos postos administrativos e de localidade com objectivo único de “minimizar o sofrimento dos nossos concidadãos afectados pelas inundações e pelo ciclone Idai, na região centro do

país”, segundo disse Leo Jamal, porta-voz do governo provincial.

Por outro lado, Jamal revelou que o governo já tem garantias de um grupo de empresários de Nacala-Porto que vai, brevemente, apoiar as vítimas do ciclone Idai com um montante acima de dez milhões de meticais, sendo que metade do mesmo será em bens alimentar, vestuários e outros víveres. **(Teresa Paposseco)**

Haiyu (Mozambique) Mining apoia vítimas do IDAI

Nampula (IKWELI) – A empresa mineira Haiyu (Mozambique) Mining Co.Lda prestou solidariedade as vítimas do ciclone Idai que fustigou as províncias do centro de Moçambique com um apoio em produtos diversos avaliados em pouco mais de dois milhões de meticais.

Na última terça-feira (26) a empresa de capitais chineses descarregou camiões com arroz, farinha de milho, óleo, mantas, água mineral, açúcar, tendas e fardos nos armazéns do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC) em Nampula e, procedeu a entre-

ga àquele órgão público.

De acordo com Cláudia da Silva, da área de responsabilidade social da Haiyu (Mozambique) Mining Co.Lda, esta é uma das formas encontradas pela empresa para ajudar a minorar o sofrimento dos cidadãos afectados pelas intempéries.

“Este é o primeiro gesto humanitário que a empresa faz. Já demos muitos apoios, mas claro em situações diferentes destas que merecem o apoio de todos. Portanto, nós, como empresa, queremos com este gesto poder ajudar aos nossos irmãos que estão a viver em situações difíceis”, disse a respon-

sável.

A mineradora garantiu que vai continuar a desencadear as suas acções de apoio e de responsabilidade social às populações moçambicanas, com vista a contribuir no seu desenvolvimento acelerado.

Alberto Armando, delegado do INGC em Nampula, agradeceu, na ocasião o gesto da empresa Haiyu (Mozambique) Mining Co.Lda e garantiu que o apoio será dirigido as pessoas que necessitam de mantimentos naquela região do país afectada drasticamente pelo ciclone Idai. **(Sitoi Lutxeque e Teresa Paposseco)**

ANUNCIE AQUI E CRESCA CONNOSCO!

Tribunal de Pemba condena polícias que violentaram jornalista

Pemba (IKWELI) – A 2ª secção do Tribunal Judicial da cidade de Pemba, em Cabo Delgado, proferiu na última quarta-feira (27) o veredicto do caso de violação e detenção ilegal do jornalista moçambicano Estácio Valoi, a 7 de Abril de 2017.

Estácio Valoi fora violentado pelo actual porta-voz da Polícia da República de Moçambique (PRM) em Cabo Delgado, Augusto Guta e Aires Tiquelia, quando fotografava em plena cerimónia pública do dia da mulher moçambicana sem, no entanto, violar nenhuma norma legal vigente no país.

Compulsados os factos ficou provado que os agentes da lei e ordem agiram intencionalmente e por isso, ambos foram condenados a penas de cinco meses de prisão e o pagamento de uma indemnização à vítima no valor de cinquenta mil meticais.

A Dra. Felicidade Fremo, juíza que dirimi o caso, concluiu que Estácio Valoi foi interceptado pelos agentes policiais quando fotografava numa cerimónia pública. Na ocasião, os agentes teriam exigido que o jornalista se identificasse mas, no meio da discussão este optaram por, violentamente, coloca-lo numa viatura da corporação e conduzi-lo, agressivamente, a 2ª Esquadra local.

Já na esquadra, o co-réu Aires Tique-

lia, que a data dos fatos exercia as funções de Comandante da 2ª Esquadra, ordenou que o ofendido fosse algemado e colocado sentado no chão junto com os outros detidos. Já dentro das celas, Estácio Valoi teve de entregar o seu material de trabalho, que consistia numa câmara fotográfica e respectivo cartão de memória.

Mesmo tendo exibido a sua credencial em formato de foto num telemóvel, o fotojornalista permaneceu detido num período de cerca de duas horas.

Em sede de tribunal, ficou provado que os co-réus praticaram o crime de violência no exercício das funções públicas, previsto e punido nos termos do artigo 498 do Código Penal, sancionável com a pena de prisão de um a seis meses.

Na mesma circunstância, aquele órgão da administração da justiça, absolveu o réu Cornélio Albino Tuvane, que na altura exercia as funções de Comandante da Polícia Municipal, por não haver sido provado o seu envolvimento no caso.

“A 2ª secção do Tribunal Judicial da cidade de Pemba decide por unanimidade, em nome da lei e da República de Moçambique em absolver o réu Cornélio Albino, por entender que este não cometeu o crime de que é acusado. Em condenar os co-réus Aires

Aureliano Tiquelia e Augusto Castigo José Guta, a igual pena de cinco meses de prisão”, decidiu o colectivo de juizes da 2ª Secção do Tribunal Judicial da cidade de Pemba, em sentença proferida pela magistrada Felicidade Fremo.

Por serem réus primários, os agentes condenados viram a pena suspensa por dois anos, devendo, com efeito pagar uma multa nos termos legalmente estabelecidos.

Dionísio Pedro, advogado de Estácio Valoi, considerou a sentença como justa e como forma de desencorajar os excessos dos agentes da polícia, perante a actividade jornalística.

O causídico disse que houve excesso por parte dos agentes policiais, entendendo que “para proibirmos alguma coisa de se fazer é preciso que haja legislação. Depois, se é proibido fazer-se a captação de imagens é preciso que haja uma sinalização neste sítio. Num espaço público podemos sim fazer a captação de imagens. Se a polícia ou qualquer agente que tente reprimir esta função do jornalista que tenha como base alguma lei”.

A sentença, também, agradou aos escritas acreditados em Pemba, os quais apontam-na como sendo exemplar. (Delfim Anacleto)

Jornalistas e activistas sociais canalizam os primeiros donativos à CVM

Nampula (IKWELI) – O Núcleo Provincial do Instituto de Comunicação Social para África Austral - Capítulo de Moçambique (MISA- Moçambique) de Nampula, em parceria com a organização da sociedade de civil Solidariedade de Moçambique – Associação para o Desenvolvimento Sustentável (SoldMoz – ADS) e o Jornal Ikweli procedeu a entrega dos primeiros donativos colectados no âmbito da campanha promovida para o apoio as vítimas do ciclone Idai que assolou a região centro do país à delegação provincial da Cruz Vermelha de Mo-

çambique (CVM) local.

Os produtos entregues na última quarta-feira (27) fazem parte da campanha lançada a 21 de Março corrente e que tem a duração de quinze dias.

Este lote entregue a CVM é constituído por vestuários diversos e valores monetários.

António Mutoua, director executivo da SoldMoz – ADS, disse que pessoas de boa-fé ainda continuam a canalizar apoios junto dos escritórios das organizações envolvidas e que mais tarde, também, serão entregues a CVM.

“Este é um sacrifício que os moçambicanos estão a fazer para com outros

moçambicanos que perderam todos seus bens na zona centro do país, e é importante saber que há um gesto de solidariedade”, apontou Mutoua.

Por seu turno, Dionísio Manuel, da delegação da CVM em Nampula, agradeceu o gesto prestado pelas organizações e prometeu que os donativos serão encaminhados aos beneficiários devidos o mais breve possível.

“Para os nossos irmãos do centro do país toda ajuda é válida, daí que é importante se unirmos para a mesma causa. Este não é momento de críticas, mas sim de sensibilizar apoios”, disse Dionísio Manuel. (Celestino Manuel)



INSTITUTO DE LÍNGUAS – Nampula / Nacala

Se o problema é com línguas, a solução é só com Instituto de Línguas

- 1. Curso Regular de Inglês para adultos (todos horários)**
- 2. Curso Regular de Inglês para Crianças - (dos 8 - 13 anos)**
- 3. Curso Regular de Francês**
- 4. Curso Regular e Especial de Português para estrangeiros**
- 5. Curso de Inglês de Fala (Speaking) 16-18 horas**
- 6. Serviços de tradução e interpretação**

Para mais informações: **26 215341/ 847248409/ 848535633 Email: il.nampula@gmail.com**

FICHA TÉCNICA

Ikweli
Informar para o Desenvolvimento

Propriedade e Administração
R&A, Lda.

Registo: 01/GABINFO-DPEC/2008

Direcção, Redacção e Administração
Av. 25 de Setembro - Recinto da CVM
Nampula – Moçambique

Contactos

Geral: (+258) 827095301
Publicidade: (+258) 871770660
Redacção: (+258) 860006111
E-mail: jornalikweli@gmail.com
Site: www.ikweli.co.mz

Director Editorial

Aunício da Silva
auniciodecatia@gmail.com
auniciodasilva@ikweli.co.mz

Redacção

Sitói Lutxeque - Coordenador
Teresa Paposseco
Constantino Henriques

Colunista

Jessemusse Cacinda

Fotografia

Jornal IKWELI
Estácios Valoi

Depart. Comercial

Assinaturas, Publicidade e Distribuição
Miguel Teodósio
miguelteodosio@ikweli.co.mz
comercial@ikweli.co.mz

Secretariado

Atija Chá
secretariado@ikweli.co.mz

Detido enfermeiro ladrão de fármacos em Nampula

Nampula (IKWELI) – Um enfermeiro afecto ao Sistema Nacional de Saúde em serviço no distrito de Mogincual, província de Nampula, foi neutralizado pela Polícia da República de Moçambique (PRM), na posse de diversos fármacos subtraídos ilegalmente para posterior venda no mercado negro.

A identidade do funcionário público omitimo-la por presunção de inocência mas, a PRM chamou a imprensa na manhã da última quarta-feira (27) para exhibi-los as câmaras e gravadores da mídia.

Segundo contou Zacarias Nacute, porta-voz da PRM em Nampula, o en-

fermeiro desempenhava as suas funções no Centro de Saúde de Namige, sede do distrito de Mogincual.

A detenção do indiciado teve lugar num dos controlos policiais no município de Nampula, quando o mesmo tentava chegar com os fármacos na chamada capital do norte onde procederia com a venda dos mesmos.

O indiciado conta que adquiriu os medicamentos através de um esquema por se montado, que passava pela emissão de receitas médicas a pacientes inexistentes e assim levantava, a posterior, na farmácia da unidade sanitária onde estava afecto.

O esquema incluía um grupo de pes-

soas que, maioritariamente, procediam o levantamento dos medicamentos que, também, foram exibidos pela polícia.

Este enfermeiro trabalhava naquela unidade sanitárias há seis anos e diz que era a primeira vez que viajava com aquela quantidade de fármacos por isso, confessa-se arrependido.

Nacute refere que este é o segundo caso registado no corrente ano, sendo que o primeiro teve palco no distrito de Ribáuè, onde um grupo de quatro indivíduos foi detido na posse de medicamentos do Sistema Nacional de Saúde. **(Celestino Manuel)**

Opções de aborto seguro

Mulheres e raparigas desconhecem a nova legislação e serviços

Nampula (IKWELI) – O aborto inseguro causa, pelo menos, 8% das mortes maternas em todo o mundo e, nas províncias de Nampula e Zambézia, em Moçambique, as mulheres e raparigas desconhecem a nova legislação que permite a realização desta prática, incluindo os respectivos serviços.

Um estudo levado a cabo pela organização Ipas Moçambique, nestas duas províncias, constatou que “embora muitas unidades sanitárias ofereçam oficialmente serviços de aborto gratuitos, estes serviços ainda são reportados como clandestinos e cobráveis – geralmente 1 000 meticais por mês de gestação”.

Globalmente, 25 milhões de abortos inseguros ocorrem a cada ano e a maioria das mortes por aborto inseguro ocorre em África, segundo dados apresentados, na ocasião, na cidade de

Nampula.

Em Dezembro de 2014, Moçambique aprovou a legislação que permite o aborto induzido até 12 semanas de gravidez, até 16 semanas em casos de incesto e violação, 24 semanas em casos de anomalias fetais e a qualquer momento para salvar a vida da mulher grávida.

“A prevalência de contracepção em Moçambique é baixa”, segundo o mesmo estudo, que aponta que “apenas 25.3% das mulheres em idade reprodutiva (15-49 anos) usam um método contraceptivo moderno”, o que resulta em “quase um quarto da população feminina do país tem uma necessidade não satisfeita de contracepção, resultando em muitas gravidezes indesejadas”.

O estudo sugere que “a maioria dos abortos nas comunidades estudadas é insegura e que a gravidez indesejada e

o aborto têm um grande impacto na vida das raparigas”.

Outro factor que concorre para o aborto inseguro segundo o mesmo estudo está ligado com os papéis de género e normas sociais que tem uma forte influência sobre os resultados das gravidezes indesejadas e abortos.

Para maior envolvimento de mulheres e raparigas, o estudo sugere “a aceleração da expansão dos serviços de aborto seguro, monitoria da implementação de serviços para garantir que sigam as directrizes nacionais e sejam seguros, com o envolvimento de mulheres e raparigas, inclusão do aborto seguro no serviço de amigo do adolescente e jovem para reduzir as barreiras que os jovens enfrentam na obtenção de abortos seguros”, entre outras. **(Teresa Paposseco)**

ANUNCIE AQUI E CRESCA CONNOSCO!

facebook: jornalikweli

www.ikweli.co.mz

UNICEF e Reino Unido apoiaram na restauração do sistema de abastecimento na Beira

Maputo (IKWELI) – Já foi re-posto o sistema de abastecimento de água na cidade da Beira, apenas uma semana após a passagem do ciclone Idai, que devastou a zona centro de Moçambique. Este é um factor determinante que vai certamente salvar a vida de muitas crianças e famílias, que ainda estão a tentar recuperar dos efeitos da tempestade.

“Restaurar o acesso à água potável para os 500.000 habitantes da Beira foi uma prioridade”, referiu Chris Cormency, Chefe do Programa de água, saneamento e higiene, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em Moçambique. “Sem água potável, as crianças ficam particularmente vulneráveis às doenças transmitidas por esta via, tais como a diarreia, que facil-

mente se pode transformar numa ameaça à vida”.

A Beira ficou sem electricidade para alimentar as bombas que fornecem a água para toda a cidade. As equipas governamentais, mormente as do FIPAG (Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água), que estão no terreno, foram rápidas a identificar soluções, e com o apoio logístico, financeiro e técnico do UNICEF e do UK aid, foram capazes de restabelecer o abastecimento de água no dia 22 de Março. A água potável já está a circular em cerca de 60 por cento da rede da cidade e, até que toda a infra-estrutura esteja recuperada e operacional, o Governo tem em curso uma operação especial de transporte de água às zonas mais afectadas.

“Reconhecemos a extrema urgência

desta situação e o facto de que poderíamos facilitar uma solução”, afirmou Cate Turton, Representante do Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID). “Este é um grande exemplo de colaboração entre vários parceiros, em que o apoio certo foi fornecido pelo UNICEF e pelo UK aid, sob a liderança do Governo.”

Os voos de ajuda financiados pelo UK aid transportaram o material para a Beira e a UNICEF forneceu apoio técnico, combustível e produtos químicos para o tratamento da água.

O UNICEF, o UK aid e o Governo de Moçambique continuam a trabalhar em conjunto para reparar os sistemas de água noutras zonas afectadas pela tempestade. O principal desafio continua a ser o acesso às áreas inundadas. (Redacção)

“Tsunami” atinge embaixada de Moçambique em Angola

• *E a Helena caiu*

Nampula (IKWELI) – O Presidente da República, Filipe Nyusi, exonerou Maria Helena Taipo da função de embaixadora extraordinária e plenipotenciária de Moçambique junto da República de Angola, posição para qual tinha sido nomeada depois de ocupar a pasta de governadora de Sofala.

Taipo é exonerada numa altura em que corre um processo na justiça moçambicana, com a acusação de ter se beneficiado ilegalmente dinheiros do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), quando ministra do Trabalho no reinado do Presidente Armando Guebuza. Em Moçambique, Helena Taipo será julgada por práticas de actos de cor-

rupção.

Um outro grupo de antigos colaboradores directos de Armando Guebuza, incluindo Manuel Chang (então ministro das Finanças) e o seu super assessor Renato Matusse são acusados em processo ligado as dívidas ilegalmente contraídas em nome do estado moçambicano.

A então ministra tsunami, segundo reportou a imprensa moçambicana na semana passada, viu seus bens serem apreendidos por ordens da Procuradoria – Geral da República em conexão com o caso de desvio de fundos públicos.

Uma fonte da Procuradoria-Geral de Moçambique, citada pela Lusa em Ou-

tubro de 2018, apontou que “Taipo é suspeita de ter recebido subornos de 100 milhões de meticais (1,4 milhões de euros) para favorecer empresas de construção civil e do sector gráfico em contratos com a Segurança Social”.

Natural da província de Nampula, onde começou a sua carreira, Helena Taipo teria, praticamente, financiado a campanha eleitoral da Frelimo, partido de que é membro, para as eleições autárquicas de 2013 ao nível do município de Nampula, onde o malogrado Mahmudo Amurane saíra vencedor. (Redacção)

www.ikweli.co.mz
ANUNCIE AQUI E CRESÇA
CONNOSCO!

FORNECIMENTO INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA



KITS PROMOCIONAIS

- DVR
- 4 CÂMERAS HD - 720P
- CABO RG59 100M
- ADAPTADORES
- HDD 1TB
- FONTE DE ALIMENTAÇÃO

SOMENTE
21.000
MT



KIT DE 4 CÂMERAS

- DVR
- 8 CÂMERAS HD - 720P
- CABO RG59 100M
- ADAPTADORES
- HDD 1TB
- FONTE DE ALIMENTAÇÃO

SOMENTE
32.000
MT



KIT DE 8 CÂMERAS

- DVR
- 16 CÂMERAS HD - 720P
- CABO RG59 100M
- ADAPTADORES
- HDD 1TB
- FONTE DE ALIMENTAÇÃO

SOMENTE
49.000
MT



KIT DE 16 CÂMERAS

alhua
TECHNOLOGY
OFFICIAL RESELLER

HIKVISION ZKTeco

*CONSULTORIA GRÁTIS DENTRO DA CIDADE DE NAMPULA
*IVA NÃO INCLUIDO
*INSTALAÇÃO, CALHAS E CAIXAS DE ESTANQUE NÃO INCLUIDAS

SILVERMOZ
Evolução com a Tecnologia

ENDEREÇO
RUA DA VIGILÂNCIA Nº 2998, CIDADE DE NAMPULA
info@silvermoz.com

CONTACTO
(258) 84 21 21 993, (258) 85 24 23 600
<https://silvermoz.com/loja>

Milhões de Dólares Americanos das Nações Unidas não chegam às aldeias que lutam para sobreviver em Moçambique

Uma investigação de três anos revela como dez milhões de Dólares Americanos programados para combater a destruição ambiental colapsa em Moçambique.

Maputo (IKWELI) – O que era antigamente a floresta de Massaca, na Província de Inhambane parece-se agora com uma série interminável de campos de futebol. Ciclones estão a destruir a esperança de colheitas na Beira, Zalala e Lugela na Zambézia. Na Reserva Nacional de Marromeu búfalos, hipopótamos e macacos esfomeados e com sede vagueiam pelas vilas, alimentando-se das poucas fontes de alimento. Habitantes do distrito de Massingir, ao sul, queixam-se de que nos últimos 3 anos mais de mil bovinos sucumbiram devido à seca e calor intenso. A outrora exuberante Manica, como Massaca, é agora improdutiva – neste caso devido ao corte de madeira e à mineração negligente de ouro, com rios vermelhos por causa destas actividades. O recente ciclone que afectou a Beira destruiu o que havia sobrado de cheias anteriores, enquanto que os mosquitos transmissores de malária e a cólera proliferam nos charcos.

Com vilas e paisagens atormentadas pelas mudanças climáticas, a seca e a exploração gananciosa por parte de políticos e seus parceiros internacionais, organizações da sociedade civil tentam deter a maré. Organizações Não-Governamentais (ONG's) e activistas, em todas as localizações acima mencionadas tentam combater a miséria que se propaga através da plantação de árvores e distribuição da biomassa para que os habitantes possam cozinhar sem ter que utilizar madeira. Protegem, também, cursos de água e estruturam organizações co-

munitárias para vedarem e evitarem conflitos com animais bravios. Mas as suas actividades são impedidas e em muitos casos, totalmente, interrompidas uma vez que um fundo dedicado das Nações Unidas, que alocou fundos a 45 ou 58 projectos desse tipo entre 2013 e 2015 nunca viu a transferência dos fundos realizada.

Na página web os projectos vêm ainda marcados com 'para iniciarem em breve'

O Pequeno Programa de Fundos Ambiental (SGP) do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP), equipado com milhões de Dólares Americanos, precisamente, para esse tipo de actividade, era uma referência de esperança para muitas associações comunitárias em Moçambique. A página web do SGP diz que oferece doações até 50.000 USD “directamente a comunidades locais” para projectos que “conservam e restauram o ambiente, ao mesmo tempo que melhorando as condições de vida”. Mas das 58 ONG's que foram eleitas quando os seus projectos foram aprovados durante uma fase de candidatura em 2013, apenas 13 receberam os fundos. As restantes 45 estão marcadas na página web “Memorando de Entendimento (MoA) a ser finalizado e assinado” ou “projecto a iniciar em breve (MoA assinado)”, com o último ponto

que marcaria que o pagamento foi feito em falta. Vinte e seis das organizações que foram contactadas no local, e sete que foram entrevistadas por telefone ou e-mail, confirmaram ter solicitado, repetidamente, a transferência dos fundos mas nunca receberam respostas por parte dos gestores nacionais do SGP, precisamente Paula Boene e Augusto Correia.

Os locais onde os projectos deveriam ter sido implementados têm, portanto, pouco a mostrar às boas intenções do programa. Na Província de Gaza, ao sul, onde se enxergam campos de cultivo secos a perder de vista, pelo menos dez projectos deveriam estar a plantar árvores e a iniciar machambas comunitárias.

Quando se conduz de Chimoio a Macate, passando por Massaca, onde outros projectos deveriam estar a executar actividades semelhantes, não se encontram novas árvores.

A ONG Kulima em Metuge, próximo de Pemba, no norte, tencionava lutar contra a degradação e ajudar comunidades locais a obterem melhores colheitas, com actividades adicionais em torno da divulgação e prevenção do HIV/Sida e da educação eleitoral. “Mas apesar de termos passado na fase de aprovação, nunca chegámos ao estágio 'verde' em que os fundos teriam sido reembolsados. Não conseguimos obter quaisquer informações. Estamos muito desapontados”, disse o Sr. Domenico Lizzi da Kulima. Segue-se um suspiro e um silêncio antes de desligar o telefone. “Já não quero falar mais sobre isto”.

Ofensivo e omissivo

A história repete-se na Ponta do Ouro, a sul próximo da fronteira com a África do Sul. Tânia Pereira da ONG Centro Terra Viva (CTV) narra como o seu projecto marinho teria treinado a população em conservação ambiental e protecção de tartarugas marinhas como forma de atrair turistas. Mas, apesar do projecto ter sido aprovado em Julho de 2015, com a papelada, supostamente, a ser assinada ainda nesse mês, a CTV ainda está à espera. E embora a sua sede seja em Maputo, não muito longe dos escritórios da SGP/UNDP, Pereira, também, não conseguiu ainda

obter quaisquer respostas da agência. “A única coisa que faltava era assinar o Memorando de Entendimento para que os fundos fossem desembolsados. Mas, até hoje não conseguimos que o mesmo fosse assinado e não temos quaisquer respostas do SGP às nossas comunicações”, disse ela.

Em Chimoio, as organizações ambientais Batsirai, Rio Tembwé e AMOR, que tentaram, também, durante anos comunicar com a UNDP depois de verem os seus projectos aprovados, não chegaram a lado nenhum, mesmo depois da ajuda do Director do Departamento Provincial do Ambiente, Tomás Mujui. “Como província sabemos que estes projectos foram aprovados em 2013. Deviam ter sido já financiados. Leve as minhas preocupações a Paula Boene,

mas ela afirmou que devia preocupar-me com os meus assuntos e que o SGP iria agir directamente com cada organização”. No entanto, é precisamente no contacto entre o SGP e as organizações que o problema se encontra. Vários dos representantes de ONG’s entrevistados dizem que quando conseguiram falar com os escritórios do fundo, as respostas foram na maior parte das vezes “ofensivas” e “omissas”, com chamadas muitas vezes interrompidas.

Incrivelmente, a Associação para o Desenvolvimento Sustentável (ADS) no Niassa, que tencionava plantar árvores, combater queimadas e criar emprego alternativo para as comunidades locais que, neste momento, tem por actividade principal a caça de animais bravios, recebeu, recentemente, uma resposta aos seus pedidos de informação que vinham fazendo há anos depois do seus fundos aprovados nunca se materializarem. Mas a resposta não foi o que esperavam. Em vez dos 14.908 Dólares Americanos prometidos, foram informados de que o projecto estava ‘encerrado.’ “Eu estou na realidade revoltado”, disse o coordenador da ADS Sabite Salimo, acrescentando que “começo a perguntar-me se o dinheiro destinado a nós não terá sido desviado, lavado ou utilizado para outros objectivos?” Mas o facto é que na página *web* do SGP o projecto da ADS vem mencionado como “actualmente a ser executado”.

À espera de ser activado

De acordo com o Plano de Monitoria 2017-2018 do UNDP e SGP, fundos de 600 milhões de Dólares Americanos foram proporcionados a mais de 22.000 projectos em 125 países desde o seu lançamento em 1992. Destes 22.000 projectos, de acordo com a base de dados da SGP e confirmado pelos seus escritórios em Moçambique, o SGP providenciou fundos a 273 projectos a organizações da sociedade civil e comunitárias em Moçambique desde



2005. Afirma-se que o fundo geral alocado ao SGP em Moçambique terá atingido 5,4 milhões de Dólares Americanos com um valor adicional de 3,7 milhões co-financiados por outros parceiros, totalizando cerca de 10 milhões de dólares Americanos que deveriam ter sido despendidos em Moçambique desde 2005. Uma análise dos 273 projectos Moçambicanos listados na própria base de dados do GEF/SGP no início de 2018 mostra, no entanto, que mais de um terço dos fundos aprovados permanecem inacabados.

De acordo com o Relatório Anual de Monitorização 2017-2018 da Sede do UNDP em Moçambique, o próprio UNDP está bem ciente dos problemas com o programa SGP. “Depois de uma paragem temporária em 2011, a implementação do SGP em Moçambique fundiu: a taxa de conclusão desabou para uma mera percentagem de 13% em 2015 e permanece baixa em cerca de 40% em 2014 e 2016; 11 dos 30 projectos aprovados em 2015 permanecem no estado de “Ainda Não Activos,” diz o relatório. O departamento ambiental provincial, na pessoa do Sr. Tomás Mujui em Chimoio confirma: “a mesma coisa aconteceu na chamada de propostas em 2015: mais uma vez os projectos não receberam os seus fundos e mais uma vez os gestores recusaram-se a interagir comigo”.

nifica que o projecto, embora aprovado pelo Comité Nacional Coordenador e (com) o Memorando de Entendimento preparado, os fundos estão ainda por desembolsar, pendentes, enquanto se aguarda que os procedimentos necessários sejam finalizados, incluindo a criação de uma conta bancária, registo das organizações de sociedade civil ou comunitárias como entidade legal”. Adiciona que os atrasos podem ser causados por falhas por parte das organizações recipientes, “considerando a frequente capacidade limitada das (organizações da sociedade civil) em implementar projectos e sabendo que por vezes não conseguem finalizar os projectos de acordo com o estipulado na cronologia do documento de projecto”.

Mas muito dos nossos entrevistados não aceitam tais afirmações. A sugestão de que não terão cumprido com a questão da conta bancária e dos requisitos legais é, totalmente, rejeitada por Tomás Mujui em Chimoio, que diz estar ciente de que as três organizações que cumpriram com todos os requisitos necessários. Tânia Pereira da CTV e Domenico Lizzi, também, confirmam ter preenchido todos os documentos necessários. Sabite Samilo da ADS possui ainda todos os detalhes do projecto de Niassa: “Mudanças climáticas e conservação em Niassa – Li-chinga” código MOZ/SGP/OP5/Y3-/S/STRART/CC/2013/45, foi aprovado

para um orçamento de 14.908,91 Dólares Americanos em 2013. “Mas no dia 22 de Maio de 2017 o UNDP solicitou-nos de novo o nome da Associação, conta bancária e Código SWIFT”. Foi depois disso que receberam a chamada informando que o seu projecto estava ‘encerrado’.

“Isto é muito estranho”

Outros representantes de organizações ambientais locais expressaram, também, a sua preocupação em relação ao sistema de administração e fundos do UNDP. A principal coordenadora do Programa Justiça Ambiental, Terra, Vida e Ecosistema disse, “é problemático ter uma organização a aguardar por fundos garantidos para depois (lhe dizerem) nada. Não entendo como é que o SGP/UNDP pode trabalhar desta forma”. A Directora da WWF Moçambique adicionada: “a página web deveria clarificar acerca dos contractos e desembolso dos fundos. Não se pode ter um e não ter o outro. Isto é muito estranho. Eu acho que isto necessita de uma explicação do UNDP”. (Estácio Valoi)

Este artigo é parte do projecto Money Trail, apoiado por Nationale Postcode Loterij

Não totalmente actualizado

O gestor de comunicações da UNDP baseado em Maputo, Luís Zaqueu, no seu direito a resposta dos coordenadores do programa SGP, Paula Boene e Augusto Correia, informou que a página web “poderá não estar inteiramente actualizada” e que “seria necessário mais tempo para olhar para os acordos de financiamento actuais e relatórios associados por forma a determinar a situação desses projectos.” Mantém que “todos os passos dos projectos (dos projectos activos) estão completos, incluindo o pagamento de prestações dos fundos de acordo com o Memorando de Entendimento”. Diz que o rótulo “ainda não activo sig-



Adeptos furiosos destroem campo em Nampula

Nampula (IKWELI) – Um grupo de adeptos destruíram, no último fim-de-semana, o campo que acolhe os jogos do campeonato do Núcleo Recreativo da zona do Siquia, bairro de Muahivire, na Cidade de Nampula, alegadamente, devido ao término da partida entre o Futebol Clube Papahi e o Muetasse Futebol Clube antes dos noventa minutos do tempo regulamentar.

No último domingo (24) as coisas não terminaram como estavam previstas para a quinta jornada do campeonato do núcleo recreativo do Siquia em Nampula, porque o público mobilizado para assistir o confronto entre os rivais Papahi e Muetasse não terão ficado satisfeitos com a interrupção do encontro antes de ser cumprido com o tempo acordado.

De acordo com Delito Ernesto, presidente da Comissão Organizadora da competição, tudo começou com a discussão sobre a bola a ser usada durante os minutos que restavam. É que ao longo da primeira parte foi usada a bola do Muetasse Futebol Clube, e na mesma etapa esta colectividade vencia por

1-0.

Ora, o FC Papahi (vendedores de peixe seco) inconformado com o resultado da primeira parte onde depois de muitos remates a baliza adversária não conseguiu converter em golo, na etapa segunda pediu à Comissão Organizadora que fosse utilizada a bola dos vendedores de peixe. A reacção do Muetasse foi negativa face ao pedido de adversário.

Alias, segundo Ernesto, a Comissão disponibilizou uma bola neutra e a equipa do Papahi por sua vez, também, negou que fosse usada. E não se tendo outra saída a partida ficou, completamente, paralisada.

O público insatisfeito com a postura tomada pelas equipas, exigiu que fossem devolvidos os valores que haviam tirado para terem acesso ao jogo, e por não ter uma resposta positiva invadiram o rectângulo de jogo e começaram a promover estragos. Era um recinto vedado com recurso a paus e lonas mas, os furiosos destruíram tudo e as estacas carregaram incluindo as balizas.

A Comissão Organizadora, ainda na

peessoa do seu presidente, fala que para a vedação daquele recinto foram gastos mais de 10 mil meticais. A ideia da vedação tinha em vista colectar algum valor para apoiar as respectivas equipas que carecem de financiamento. Com o episódio, de acordo com Delito Ernesto, a prova fica suspensa no mínimo uma semana para a criação de condições do campo e, para o estabelecimento de prováveis medidas punitivas as equipas envolvidas.

“Estamos a fazer o levantamento do material que se perdeu, e depois vamos tomar medidas às equipas e seus dirigentes e vamos continuar com a competição”, disse Delito Ernesto.

Refira-se que um total de dez equipas disputa o campeonato do Núcleo Recreativo do Siquia, nomeadamente o Mini – Sporting, Benfica de Moma, Sporting de Reno, Mambas, FC Mais Jovem, Poeira FC, União Desportiva de Moma, Muetasse FC, Belas Manhas e FC Papahi.

Depois das cinco jornadas, o Muetasse lidera a prova com 10 pontos contra os 9 do FC Papahi na segunda posição. **(Constantino Henriques)**

